

A PRODUÇÃO DE AÇÚCAR NAS FRONTEIRAS DA MODERNIDADE: o percurso de Henrique Augusto Milet (Pernambuco, século XIX)¹

Christine Rufino Dabat
(Universidade Federal de Pernambuco)

Resumo: Entre os mais articulados membros da classe dos plantadores de cana-de-açúcar, em Pernambuco no século XIX, Milet publicou vários livros. Sua participação em debates documentados, que envolviam a elite dos proprietários de terras, revelou uma adaptação muito profunda do engenheiro estrangeiro e um pensamento original sobre as fronteiras da modernidade, misturando uma postura socialmente conservadora com ansiedade por mudança, no sentido de modernizações técnicas e institucionais.

Palavras-chave: missão francesa; modernização; produção de açúcar; fim da escravidão.

Abstract: Milet was one of XIXth century Pernambuco's most vocal members of the sugar cane planters' class. He published several books, and his participation in documented debates among important landowners reveals the profound adaptation of a foreign engineer. Milet's original ideas about the frontiers of modernity mix a deeply conservative social point of view with anxiousness for change in both a technical and institutional sense.

Keywords: French mission; modernization; sugar production; end of slavery.

Setor econômico definidor da civilização regional, a produção açucareira no Nordeste brasileiro e, sobretudo, em Pernambuco, encontra-se geralmente associada a linhagens históricas que não remetem à França. Sua produção açucareira tem origens na potência colonial, num momento em que ela própria herdara traços do passado islâmico da península ibérica, inclusive no que diz respeito às técnicas tanto agrícolas quanto industriais. Mas não ao Norte dos Pirineus. Se Napoleão for evocado, com o episódio comemorando a chegada da corte ao Brasil, será apenas como o incentivador do desenvolvimento da grande rival do açúcar, a beterraba sacarina.

Embora de forte impacto sobre a hegemonia americana de produção, os efeitos da substituição de importações de açúcar, na Europa da metade pro fim do século XIX, foram, no entanto, compensados, como o sublinha o Professor Mintz,² pelo aumento considerável do consumo. A revolução industrial tomando vulto em todo o continente,

contingentes crescentes de proletários passaram a consumir cada vez mais açúcar, independente de ser, este produto estratégico, oriundo da cana ou beterraba. O leque dos produtores se alargava assim espacialmente em escala mundial, acirrando a concorrência global.

“O preço do açúcar dolorosamente refletia os progressos da cultura da beterraba, iniciada na década de 1850-1860, e também o aperfeiçoamento de sua produção a partir dos canaviais nas Antilhas, ilhas Maurício e Java que desenvolveram técnicas industriais de rendimento bem superior aos nossos rotineiros processos de vaporização e cozimento.”³

Precisamente neste período, um francês fez ouvir sua voz peremptória em Pernambuco, defendendo o que poderia ser chamada de modernização conservadora. Por vários decênios, ele participou dos círculos da elite política e econômica. Destacou-se e permaneceu conhecido da posteridade em virtude de seus escritos. Henri Auguste Millet, ou Henrique Augusto Millet⁴ - nome que adotou no Brasil - participou de momentos importantes da vida local. Contribuiu para os debates travados entre os líderes da classe dominante, os produtores de açúcar, num momento-chave marcado pelo desejo de modernização. Os ecos na imprensa foram conservados e o autor publicou estes escritos em livros. Felizmente para os estudiosos atuais, eruditos tomaram a louvável iniciativa de providenciar o leitor com edições mais recentes em *fac-simile*.⁵ O presente trabalho retrata um itinerário biográfico surpreendente em que a adaptação ao Brasil sacaricultor correspondeu a uma migração também no ideário, mantendo o ideal de desbravador de fronteiras num horizonte técnico.

A segunda metade do século XIX - período que Eisenberg taxou, com muita propriedade, de “modernização sem mudança” a respeito da sacaricultura⁶ - parecia decisiva em termos de rumos a serem tomados quanto: à modernização do parque industrial e organização da produção (separação ou não da parte agrícola da industrial, por exemplo); ao regime de trabalho, pois o fim da escravidão, em processo no continente, parecia inelutável; e ao papel do Estado (em suas diversas instâncias e modalidades) no setor canavieiro.

Henri Auguste Millet, “um francês abasileirado”,⁷ era um dos engenheiros de obras públicas, trazidos pelo presidente da Província, Francisco Rêgo Barros no seio da missão Vauthier: como este e Boulitreau,⁸ era um dos três membros mais qualificados em termos técnicos, auxiliados por outros franceses como Buessard, Morel e Pothier.

Jovens recém-formados chegaram em 1840 para “implantar uma série de obras públicas” na província. Essas consistiam na modernização da cidade do Recife, assim como no traçado de estradas para o escoamento da produção agrícola. Segundo Gilberto Freyre que publicou e comentou - numa versão censurada - o relato que o chefe da missão deixou no seu próprio diário íntimo, iniciava-se um ‘Ciclo Vauthier’ de influência francesa no Brasil.⁹

Além de Vauthier, mais conhecido e valorizado pelas realizações como o Teatro Santa Isabel,¹⁰ Milet permaneceu também na história, pelas suas opiniões afirmadas com força. Vamireh Chacon o qualifica de “engenheiro e economista do Pernambuco do século XIX”.¹¹ Acrescenta ainda, logo a seguir: senhor de engenho,¹² pois foi nesta qualidade, sobretudo, que escreveu e publicou.

Nascido em 1817, formado em engenharia civil,¹³ Milet teve uma carreira inicial no Brasil correspondente a sua qualificação: participou do levantamento topográfico para a confecção de uma planta da cidade do Recife, assim como do planejamento de estradas e ferrovias. Com seus colegas, era incumbido, portanto, de tarefas imbuídas da áurea do “progresso”, em virtude da “crença liberal no atributo que navios e trilhos possuíam de [promovê-lo]”.¹⁴ Arrais mostra que esta crença se “estendia, em menor medida, às obras públicas em geral (...) investidas de um sentido instrutivo, moralizador.”¹⁵

O objetivo dos engenheiros, segundo Vauthier, era: “Fornecer água à cidade - dessecar o alagadiço de Olinda - fornecer água à Olinda - estabelecer a navegação no Beberibe - fazer 7.000 (sic) da estrada de Goiana. Cinco objetivos seriam assim alcançados, cinco objetivos importantes e desejáveis.”¹⁶ Essas competência e visão técnicas, vislumbrando desbravar fronteiras sobretudo no campo dos transportes, aparecem reiteradas vezes nos escritos de Milet, ao longo de sua vida, inclusive aqueles focados na atividade sacaricultora.

Viajando e enfrentando juntos o desafio da adaptação inicial ao Brasil, Vauthier e Milet viveram muitos episódios intensos, alguns notadamente conflituosos, cujo relato aparece no diário do primeiro que julgava o segundo “muito irrefletido, mas inteligente”.¹⁷ Habituais no cotidiano de qualquer grupo, tais anedotas não podem esconder os graves obstáculos de diversos tipos desafiando o corpo técnico assim constituído à iniciativa das maiores autoridades da província. Foi certamente um momento de aprendizagem importante para o futuro empresário do açúcar. Vários

documentos relatam os pormenores da missão Vauthier e evidenciam as dificuldades - não apenas naturais - de realização de seus objetivos. Sílvia Zancheti explica a veemência dos debates veiculados na imprensa, pela “cisão política das elites econômicas” que redundou numa

“intensa e sistemática oposição política ao governo [de Rego Barros]. As obras públicas, pelo caráter de programa principal do governo, foram escolhidas como tema central das críticas a serem realizadas por todos os meios disponíveis, a fim de denegrir a imagem do governo e desgastá-lo na Capital do Império.”¹⁸

A tradução concreta destes embates, para os engenheiros, era o atraso constante nos trabalhos, os estorvos inerentes ao sistema de empreitada – contra a qual Vauthier se insurgia, em vão – bem como mal-entendidos e conflitos interpessoais.

“Emprego de Millet desde segunda-feira de manhã. Hoje, na rua, enquanto M. B. trabalhava com a prancheta, os populares disseram que ele aprendera a levantar as plantas com o Sr Grilo e agora, ele já sabia bastante para fazer isto sozinho! Millet ficou furioso”.¹⁹

Outros dissabores eram oriundos da hostilidade de uma parte da opinião pública, atizada por jornais como *O Guarda Nacional*²⁰ que, sob o título “Engenheiros de segunda ordem”, lançara ataques virulentos aos trabalhos de levantamento realizados pelos membros da missão. Vamireh Chacon interpreta tal posicionamento como “hostilidade da rotina local, misturada com alguma instintiva xenofobia de certos círculos”.²¹ O diário de Vauthier corrobora esta avaliação: assim, em “15.1.” [1841], o autor escreve:

“Millet voltou às 9 h do terreno, dizendo que não pode continuar a levantar a planta do S. Antônio. Atormentam-no, cercam-no, chamam-no de ‘casaco de ferro’, por causa de seu paletó cizento-claro; contestam-lhe o título de engenheiro.”²²

Transtornos de diversas ordens freavam, deste modo, o ritmo dos trabalhos para o nivelamento da estrada de Apipucos, o levantamento do caminho de Ferraz a Custódio, da estrada de Cruz de Almas ao Varadouro etc.²³ Especialistas da história do Recife como Virgínia Pontual, Sílvia Zancheti²⁴ e Ângela Souza²⁵ sublinham a importância das obras planejadas e empreendidas neste período.

Vauthier embora crítico inveterado de seu companheiro,²⁶ não desdenhava sua companhia, descrevendo várias viagens aos arredores da cidade do Recife, algumas com o propósito de exploração para planejar a futura malha viária, quiçá ferroviária da região. Assim ele retrata a difícil travessia do “Catuga”, ou melhor, Catucá, retificação que o editor traz prontamente,²⁷ Millet equipado de “uma faca de ponta ao lado e uma pistola no bolso” além de uma “rede (...) no arção da sela”.²⁸

Henrique Augusto Milet

Diferentemente de Vauthier, que voltou à França em 1846, Milet estabeleceu-se no Brasil para o resto de sua vida.²⁹ Casou com Maria Carmelita de Albuquerque, filha do Barão da Boa Vista, grande proprietário de terras, e se tornou, ele mesmo, dono do engenho São Estevão (1847).³⁰ Com a herança de sua esposa, em 1863, ele ascendeu para a parte dos produtores acima da média (por ele estipulada) de 600 pães de açúcar por ano, já que sua produção se situava além do dobro.³¹ Até sua morte, em 22.09.1894, vítima de um acidente com uma locomotiva desgovernada, num trecho da ferrovia em construção que inspectava, Milet permaneceu ativo em diversas frentes ligadas à produção açucareira e empenhado na busca de meios para promovê-la no sentido de sua modernização.³²

Sua fama é oriunda de seu empenho em divulgar análises da conjuntura econômica e opiniões quanto aos rumos que a região deveria tomar, numa época fértil em encruzilhadas. Publicou, no *Jornal do Recife*, artigos que logo reuniria em coletâneas que chamava de “folhetos”: *Os Quebra-kilos e a Crise da Lavoura* (1876);³³ *A lavoura da cana de assucar* (1881);³⁴ *Miscelânea Econômica e Política* (1882). Ademais, tornou-se Secretário Geral da Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco, e foi Primeiro Secretário do famoso Congresso Agrícola do Recife, de 1878,³⁵ sua voz sendo ouvida com frequência e determinação nos trabalhos “Collegidos e publicados integralmente por deliberação do mesmo congresso”,³⁶ em 1879. Na capa de *Os Quebra-kilos*, apresenta-se o autor como: “Engenheiro civil, Cavaleiro das Imperiaes Ordens do Christo e Rosa, etc. etc.”

“Defensor dos interesses agrários, embora defensor particularmente esclarecido”,³⁷ segundo Perruci, “conservador esclarecido”, nas palavras de Vamireh Chacon,³⁸ ele dissertou muito a respeito da situação econômica do Nordeste, em

diversas épocas, mas sobretudo no final dos anos 1870 e início dos 1880. Em termos de postura, neste campo, manifestava-se analista fino, geralmente crítico, às vezes irônico. Assim, a respeito da suposta política do *laissez-faire*, constatava: admitia-se “tão grande número de exceções, que no terreno prático se acha levada à conclusão idêntica às de seus contraditores”.³⁹

Com efeito, Milet demonstrava ter ampla cultura, usando de referências a Hegel,⁴⁰ Marx, Fourier, naturalmente.... Às vezes, eram invocados com certa má-fé, pois seu ponto de vista de classe havia se afirmado do lado oposto, na conversão do engenheiro fourierista em senhor de engenho escravista; ou seja, um percurso pouco habitual no meio que adotara. Gadiel Perruci resume seu perfil: “Versado na ciência econômica liberal europeia, conhecedor de inúmeras experiências agrícolas de outros países (...) teorizador e homem de ação (...) pragmático, pela sua própria experiência de senhor de engenho.”⁴¹

Muito ativo, sem medo de afirmar seu ponto de vista, como sublinha Vamireh Chacon, “ele tinha a coragem de dizer, logo de saída: ‘Discordo da ilustre comissão sobre todos os pontos.’”⁴² Durante o Congresso Agrícola do Recife, em 1878, Gomes de Mattos,⁴³ um de seus oponentes, fora interrompido repetidamente por Milet a ponto do presidente da sessão negar a palavra, por várias vezes, ao franco-brasileiro.⁴⁴ Sua escrita muito clara e sua argumentação apresentada com força e aparente perfeita lógica, parecem mais sofisticadas do que outras intervenções contemporâneas. No Congresso, revelou ser um orador competente e insistente. Se sua retórica tinha traços originais, até inesperados, as conclusões às quais as longas demonstrações chegavam não o distinguiam, no entanto, quanto ao conteúdo, de seus colegas grandes proprietários.

Temáticas recorrentes

Assim, Milet retomou os principais temas que os documentos oriundos dos plantadores repetiram *ad nauseam* por decênios ou mesmo séculos. Eles são acompanhados de reiteradas reivindicações em relação às autoridades públicas. O objetivo era ressaltar os problemas identificados pela sua classe, isto é, os senhores de engenho, sobretudo a maioria deles que, segundo sua avaliação, produzem “600 pães de açúcar” por ano. Esta produção constituindo a principal fonte de riqueza da região, argumentava, ela requeria a pronta atenção dos poderes públicos. Tal mensagem era tão

mais bem aceita que os círculos dirigentes do Estado e da nação contavam bom número de membros da mesma classe. O argumento rezava que, devido à importância do setor, qualquer crise que o ameaçasse, comprometeria a própria província. Esta temática é recorrente no discurso dos industriais do açúcar desde o século XVI quando se dirigem ao poder público, aliás, o único público - além dos próprios membros da classe dominante e seus dependentes letrados - que seu discurso teve até época recente.

Entre as razões principais invocadas para explicar as dificuldades enfrentadas pelos produtores de açúcar, classe à qual doravante pertencia, Milet realçava, com números e raciocínios cabais, a falta premente de capital, e defendia como medida indispensável e urgente uma reforma do crédito. Na mesma linha, indignava-se dos impostos excessivos, bem como das modalidades de sua cobrança. Forte de uma arguição bem construída - um traço permanente de seus escritos - forneceu, ademais, exemplos pessoais das misérias sofridas pelos contribuintes frente aos agentes do fisco.⁴⁵ Sublinhava, por exemplo, as fraquezas do sistema da época, pois não facultava ao contribuinte a possibilidade de impetrar recurso contra o arbítrio dos lançadores.⁴⁶ Longos desdobramentos sobre estes pontos podem ser encontrados nas suas diversas obras, bem como nas suas intervenções no Congresso Agrícola do Recife.

Não constituem, portanto, o aspecto mais original de seus escritos, pois retomam temáticas e pleitos seculares da sacarocracia.⁴⁷ Pode-se talvez reconhecer ao autor uma notável capacidade de articulação e dotes retóricos, seu poder de convicção sendo apreciado de boa parte de seus aliados. Alguns dos pontos mais cruciais das dificuldades de sua classe, descritos por Milet, seriam resolvidos de maneira permanente pelo Estado a favor dos empresários com a criação do IAA- Instituto do Açúcar e do Alcool, alguns decênios depois: assegurou-lhes uma gestão unificada do setor como um todo e a arbitragem das disputas internas entre usineiros e fornecedores de cana, ou ainda a questão de “variações excessivas do preço do açúcar no nosso mercado, variações que chegam a 25 e 30% do valor do mesmo gênero”.⁴⁸

Com manifesta indignação e capacidade para a tribuna, Milet queixava-se dos preços baixos do açúcar: “Avaliem pois que imenso prejuízo para os agricultores! Que desfalque no capital daqueles que o têm! Que enorme dívida para os demais!”⁴⁹ Em nota ressaltava, no entanto, que

“algumas pessoas não querem acreditar que os preços do açúcar sejam inferiores aos gastos da produção (...) Infelizmente, o custo da arroba de açúcar, longe de ser inferior à base que acima estabeleci, lhe é superior para a maior parte dos agricultores; e se ainda continuam com aquela malfadada indústria, é por não terem outra a que se possam aplicar; é porque ainda possuem alguns escravos cujo trabalho não pagam, e cujo valor garante algum adiantamento que ainda lhes fazem os correspondentes respectivos.”⁵⁰

Segundo Manuel Correia de Andrade, que permitiu o acesso mais democrático aos escritos de Milet ao publicar dois volumes de suas obras em *fac-simile*, este era um realista. Perruci concorda, afirmando que as reformas propostas eram factíveis. Uma dimensão ressaltada por Armando Souto Maior é sua visão da região como um todo, ou seja, a escala em que propunha reformas e soluções. Assim demonstrou originalidade, ao propor que o Congresso, previsto para reunir apenas plantadores de Pernambuco, fosse alargado geograficamente.

Milet e a questão social

Leitmotiv por excelência no século XIX, a falta de braços para a lavoura sacaricultora está muito presente nos escritos de Milet. Na perspectiva do fim da ‘instituição peculiar’, ele chegou até a mencionar a “lepra da escravidão”,⁵¹ mas num sentido conservador, nada moralizante, segundo Perruci. Milet e Nabuco, sublinha Izabel Marson, “aparentemente empenhados neste mesmo objetivo, na consolidação de uma ‘classe média’ sustentáculo de uma monarquia forte e moralizada, seus projetos não só diferiam como se excluía.”⁵² Com efeito, Milet concebia a extinção da escravidão como uma necessidade histórica, um horizonte próximo desprovido de cunho moral. Longe de seus dias de juventude, em que se havia interessado, junto com Vauthier, por ideários radicais inspirados por Charles Fourier, praticando com seu colega “conversações falansterianas”⁵³ - figurava mesmo entre os assinantes da *Phalange*⁵⁴ - ele pensava doravante a questão em termos apenas econômicos. A fronteira tecnológica e sua transposição via modernização lhe parecia a dimensão decisiva para o futuro. Vislumbrava “a mecanização da grande lavoura, reduzindo a mão de obra no próprio campo”,⁵⁵ como uma solução desejável, argumentação atualizada de forma crescente, no século XXI, nas regiões de canaviais destinados à produção de etanol. Comentava: “antigamente eram necessárias para o seu cultivo numerosa escravatura e

grandes propriedades atualmente não precisa mais d'essas condições ou para o futuro não precisará.”⁵⁶

Preocupados com extinção próxima da escravidão, os grandes plantadores consideravam a temática “falta de braços” como segunda apenas, em importância, à questão dos financiamentos, como aparece claramente nos debates do Congresso Agrícola do Recife de 1878. Com a concentração de “mais de dois terços da população escrava”⁵⁷ nas províncias cafeeiras, a chegada de retirantes do Sertão obrigados a qualquer sujeição para permanecerem vivos, ao fugir de grandes secas, no final do século, foi uma dádiva para os senhores de engenho, pois “o desespero forçou-os a aceitarem níveis salariais inferiores”.⁵⁸ Assim, na zona canavieira, os flagelados “podiam ser contratados pela metade dos salários normais”,⁵⁹ fato agravado pelo declínio histórico acentuado em que se encontravam as remunerações do trabalho braçal no campo. Pois, a grande oferta de mão de obra livre, de diversas proveniências geográficas, pressionava os salários a ponto de “na mata pernambucana”, estes caírem “pela metade”⁶⁰ nos últimos anos do Império. Ademais, “a substituição de braços – o escravo pelo cearense ‘livre’- passou a ser vista como um grande negócio.”⁶¹ Dispondo de um monopólio sobre os meios de produção, os plantadores exerciam um poder que atingia não apenas os escravos mas também os homens livres: “Quem possui a terra possui o Homem”.⁶²

Coincidência climática favorável aos plantadores, porém temporária: se “braços superabundam nas comarcas próximas do litoral”,⁶³ sublinhava Milet reiteradamente “é caso excepcional”.⁶⁴ Pois o apego dos sertanejos à terra não os deixaria instalar-se na zona úmida de forma permanente na condição de meros assalariados.⁶⁵ As tentativas do governo para deslocar os retirantes do espaço urbano ao criar a Colônia Socorro, e posterior remoção para a localidade doravante conhecida como Sertãozinho, são reveladoras dos conflitos de cultura, para não dizer de classe, entre os proprietários escravistas e estes novos assalariados: segundo Emília Hounie, estes enfrentavam a oposição dos senhores de engenho das redondezas preocupados como “a aglomeração de milhares de pessoas pouco acostumadas às regras restritas da justiça e da disciplina da ilustrada civilização”,⁶⁶ palavras do Diretor da Colônia. Correspondências de promotores confirmam o receio das elites da região frente aos flagelados sobreviventes.⁶⁷

Deste modo, a questão da mão de obra constituía um assunto principal, já que era o único passível de mudanças – temidas ou desejadas – enquanto que o destino da terra estava selado, na medida em que a libertação das terras, junto com aquela dos escravos, nunca foi contemplada, a não ser por idealistas como André Rebouças. Na situação de modernização da produção, como em outras sociedades em via de abolição,⁶⁸ foram acalentadas ideias que davam novamente um papel decisivo ao Estado, a serviço dos grandes proprietários. Ademais defendia-se a proposta de promulgar “muito necessária (...) uma lei que [tornasse] o trabalho obrigatório”!⁶⁹ Para compensar a “falta de braços” que ocorreria com a abolição, evocava-se a possibilidade de favorecer a imigração de trabalhadores braçais.

Por outro lado, preocupavam-se os empresários do açúcar também com a mão de obra industrial, doravante requerendo qualificação maior em virtude das novas tecnologias de fabrico do açúcar. Com este propósito, fora fundada a Colônia Agrícola Industrial Orfanológica Isabel,⁷⁰ destinada a recolher e educar os filhos libertos de escravas, chamados de ingênuos “contra todas as regras da etimologia”,⁷¹ notava Milet. Os congressistas que o escutavam, haviam previsto a criação de tais instituições em ambiente rural para garantir, além do número de braços, a capacitação profissional de uma mão de obra à qual se deveria confiar equipamentos modernos e custosos, típicos do projeto de engenhos centrais e, posteriormente, das usinas.

Neste contexto, outros franceses, Ernesto Ganchet e Julien Tetard, deixaram sua marca nos anais de Pernambuco, no capítulo da modernização da agroindústria canavieira. Empregados como caldeireiros pela firma Brocheton, contratada para “dirigir todos os trabalhos de construção e instalação do engenho”⁷² na Colônia Isabel, precisamente, foram acusados de sabotagem na maquinaria, conforme documentação da promotoria.⁷³

Um mestre de açúcar com nome também de consonância francesa, Victor Leclercq, descobriu a manobra descrita nos mínimos detalhes pelo promotor que demonstrara assim a intencionalidade do acontecido. Alterando as torneiras que “servem unicamente para dar passagem às águas da condensação para o Rio Fervedor”, os acusados haviam, deste modo, despejado “grande quantidade do caldo ou xarope em ebulição para o rio.”⁷⁴ Sabotagem essa que diminuía consideravelmente a produção de açúcar e poderia ser lida como resistência - haviam sido dispensados - de um tipo talvez muito mais difundido do que documentado. O raro testemunho de Euclides do

Nascimento, sindicalista rural na zona canavieira do século XX, atesta tal prática descrevendo manipulações técnicas impossibilitando a produção de açúcar, desta vez num engenho.⁷⁵

Milet “considerava-se um emancipacionista, ou um abolicionista não radical”,⁷⁶ ou seja, satisfazia-se de uma emancipação por etapas. Mas, em bom analista, percebia que a alternativa à escravidão por meio do assalariamento esbarrava em obstáculos como a extrema compressão da massa salarial vigente, a ponto de a “exiguidade do salário”, afastar dos canaviais a “parte mais inteligente do nosso povo”.⁷⁷ Recusava, no entanto, como os demais grandes proprietários da região, a proposta de imigração, particularmente asiática, adotada por outras regiões canavieiras, notadamente no Caribe (chineses⁷⁸ em Cuba, por exemplo⁷⁹). Junto com seus colegas plantadores, defendia que “a população livre nacional oferece-nos fonte suficiente, amplo viveiro de trabalho braçal.”⁸⁰

“O grande interesse do futuro da lavoura reclama que, sem quebra de sérias tentativas para a imigração estrangeira, o agricultor não esqueça a conveniência de aproveitar, habituando-os ao trabalho, os filhos das escravas nascidos depois da lei de 28 de setembro, bem como que cuide seriamente da educação rural de seus moradores, dispensando-lhes todos os favores e proteção: serão sempre os braços mais baratos que mais poderão resistir ao ímprobo trabalho da cultura da cana”.⁸¹

Privados de acesso à propriedade da terra, mesmo livres, os trabalhadores rurais não dispunham de alternativa para sustentarem suas famílias. Embora discordando, Milet testemunhava: “ouvi dizer muitas vezes pelos meus colegas da lavoura, que lamentavam haver mariscos nas coroas, siris e caranguejos nos mangues e caça nas matas”.⁸² A absolutização⁸³ do domínio dos latifundiários não se limitava, como Roberto Schwartz o demonstrou, ao fundiário. Abrangia todos os âmbitos da vida das populações.

Milet cita reiteradamente a Lei do Ventre Livre (28.09.1871) como ponto de partida numa perspectiva de mudanças amplas, pois

“tornou necessária a divisão do serviço agrícola e do fabrico do açúcar. Desde o momento em que não existir mais escravos, com as dificuldades que há no nosso país para a obtenção de braços livres a tempo e a hora, há de se estabelecer fatalmente a divisão do trabalho do plantio e colheita da cana e o fabrico do açúcar; a grande propriedade deixará de ser indispensável.”⁸⁴

No seu propósito de defender seus confrades senhores de engenho, Milet operou uma diferenciação destinada ao governo entre sacaricultura e grande lavoura de café. Não podia “se conformar” com a perspectiva de que a “grande lavoura era sinônimo de grande propriedade”.⁸⁵ Defendia que “os poderes públicos precisam proteger a grande lavoura, a grande indústria, mas não a grande propriedade territorial, o que para mim é coisa inteiramente diferente”.⁸⁶ Novamente afirmava, entretanto, sua amplitude de visão, ao sublinhar que “aqui no norte” precisava-se apoiar não apenas a agroindústria canavieira mas também o algodão.

Abusando de argumentos retóricos, tinha em boa conta a sorte do Brasil: se houvesse, na Grã Bretanha, uma situação parecida com aquela vivida no Norte, defendia, “dentro de poucos dias os fabricantes fechariam os seus estabelecimentos, arremessando à praça pública milhões de operários esfaimados, diante dos quais nem a ordem pública, nem o governo, nem a própria constituição social perdurariam por espaço de 24 horas.”

“Não passamos agora por tão terríveis provanças, porque os operários de nossa indústria não vivem de salários como os do Reino Unido; porque a maior parte deles, sendo escravos, continuam a trabalhar ainda que sem dar lucros aos seus senhores; porque aos que são livres, tendo de graça a terra para trabalhar, os rios e matas para pescar e caçar, a crise reduz-se para eles à escassez dos meios de ganhar dinheiro, e não traz consigo a perspectiva de uma morte certa, como para os assalariados da indústria manufatureira da Grã-Bretanha.”⁸⁷

Milet anunciava a temática mais recorrente no século posterior sob a pena dos representantes da sacarocracia, com o objetivo de cobrar apoio do tesouro público: suas dificuldades de caixa constituiriam “os pródromos de uma revolução social”.⁸⁸ Era papel do Estado - no qual a classe estava bem representada - impedir tal catástrofe ao injetar recursos no setor, do lado patronal apenas. Usava para tanto com desenvoltura uma figura retórica prometida a um futuro de sucesso reiterado nas obras de José Lins do Rego e Gilberto Freyre: “Fui senhor, ou para melhor dizer escravo de engenho por espaço de 12 anos e muitos prejuízos sofri por não poder adquirir trabalhadores quando deles precisava, quer para roçar, quer para plantar e limpar.”⁸⁹

Segundo os estudiosos que analisaram seus escritos, Milet deu, no entanto, prova de clareza na avaliação de eventos que levaram à perturbação da ordem pública, como a sedição dos Quebra-quilos. Recusando as versões mais aceitas, à época, de que articular-se-ia um posicionamento político ou mesmo um protesto religioso, ele

qualificou os acontecimentos como refletindo um “mal-estar das nossas populações do interior”.⁹⁰ Armando Souto Maior, no seu estudo dedicado ao episódio, que descreve como “Lutas sociais no outono do Império”, comenta:

“É extraordinariamente lúcida a visão de Milet em torno dos problemas da terra que adotou como se ali tivesse nascido. Falando nas peculiares circunstâncias do que ele chamava de nossa ‘officina social’, assinala que, a partir de 1871, os meios de produção do Nordeste viviam o regime de crise permanente e que a indústria e o comércio pela ‘liquidação forçada do capital empregado’, ensejavam ‘uma verdadeira Revolução Social, sem que os poderes do Estado tenham dispensado a necessária atenção, a semelhante fenômeno.’”⁹¹

Progresso em moldes conservadores

Pela sua própria formação e afincamento em promover certas áreas modernas, como as ferrovias, Milet defendia – oficialmente – o progresso social e técnico que Gilberto Freyre chamara de “messianismo técnico-científico” da França e Grã Bretanha. No final das contas, prevalecia, todavia, sua posição de classe, ou mesmo de fração de classe, na medida em que realçava a posição dos senhores de engenho que não figuravam entre os maiores produtores.

“Para melhorar a cultura da cana na Província de Pernambuco, introduzindo processos da agricultura intensiva, muitas experiências se têm feito e sem vantagem para os experimentadores, porque ainda não chegou a hora de introduzir tais processos. Os actuais são os que melhor correspondem às nossas peculiares circunstâncias; admitem progresso, sem dúvida, mas não sem risco para os inovadores; essa rotina é o resultado de 300 anos de experiência.”⁹²

No entanto, entre os muitos aspectos de ‘país novo’ que o Brasil apresentava, Milet enfatizava a necessidade de melhorar as infraestruturas para a industrialização do Nordeste: construir vias férreas, máquinas, instalar “240 Fabricas Centraes exigidas pela produção das 5 Províncias assucareiras”.⁹³ Defendia, deste modo, a solução cubana de separação das unidades agrícolas e industriais para melhor eficácia na produção de açúcar. “A fábrica central é a solução racional do problema da lavoura do açúcar, pois salva o presente e acautela o futuro...” Insistia: “A fábrica central é a solução definitiva do problema”.⁹⁴ Para tanto, era indispensável o apoio do Estado, a “mobilização da

dívida pública interna”, temática reafirmada com constância secular nos círculos da sacarocracia.

O próprio Milet não desdenhou trabalhar como ajudante do engenheiro fiscal da ferrovia do São Francisco e da C^{ia} Ferro Carril. Ao desenvolver suas próprias vias férreas, engenhos centrais e usinas desenvolveriam maior capacidade de transporte, superando o obstáculo de caminhos terrestres intransitáveis durante as chuvas.⁹⁵ O impacto já era passível de ser constatado, sobretudo na Mata Sul, pois em 20 anos “na zona servida pela ferrovia, duplicara o número de engenhos enquanto triplicava o volume físico da produção de açúcar da província”.⁹⁶

Entusiasta dos progressos técnicos e das novidades neste campo, Milet participou do “grande triunfo para M. Riguir”,⁹⁷ consistindo na queima de bagaço que fez “as cintas rodavam tão rapidamente que a moenda não podia mais fornecer o melaço”.⁹⁸ Na época do Congresso Agrícola do Recife, o vapor estava em uso em certos engenhos. De “1871 6% das 440 fábricas existentes”, passara em 1881, para 21,5% dos 609 engenhos.⁹⁹

Milet manifestava uma visão ampla, de planejador, realçada por comentaristas acostumados a observar como os itinerários dos trilhos seguiam as relações de poder locais. Por simples bom senso, defendia, por exemplo, “a construção de ferrovias litorâneas, quase que como uma crítica ao neocolonialismo das ferrovias ligando o centro produtor diretamente ao porto de exportação.”¹⁰⁰ Constituir-se-ia assim um elo entre as capitais provinciais.¹⁰¹

“Tal é a economia, que o emprego dos trilhos e das locomotivas permite realizar na soma de força exigida para qualquer transporte, e, por conseguinte, o barateamento dos preços pelos quais as vias férreas podem oferecer os seus serviços, que, salvas circunstâncias excepcionais, nenhum outro meio de condução pode competir com elas.”¹⁰²

A modernidade abrangia, preponderante neste tempo, a indústria têxtil, mas o autor também considerava outros ramos, menos óbvios, como os laticínios. Sua fé no progresso técnico transparecia até no seu elogio aos recursos empregados pelas autoridades na repressão aos quebra-quilos: “graças ao telégrafo elétrico, aos vapores e locomotivas, as medidas de repressão foram tão prontas como eficazes.”¹⁰³

Em suma, como observou Armando Souto Maior, a capacidade de análise de Milet abarcava a região como um todo: “Nenhuma análise da economia nordestina nos

fins do século XIX teve paralelo com a sua obra”.¹⁰⁴ A temática da industrialização como motor do progresso era o eixo cuja expressão maior consistia em modificações técnicas na produção de açúcar.¹⁰⁵ Esta ideia permanece viva, à hora da produção do etanol, considerado combustível nobre frente aos fósseis.

A modernidade brasileira como projeto

Como o sublinhou Paulo Henrique Martins, a industrialização do Brasil está sujeita, na historiografia nacional e internacional, à “persistência de certos preconceitos”.¹⁰⁶ Para alguns estudiosos, mesmo dentre os mais interessantes, a concepção predomina que a industrialização teria que ser urbana e, no caso do Nordeste, sobretudo têxtil. O sociólogo defende que não houve, na segunda metade do século XIX, o que foi chamado por Francisco Oliveira de “refreamento da industrialização”. Pois, a “implantação de modernas fábricas de açúcar” - entendendo-se engenhos centrais e usinas, em seguida - fora absolutamente concomitante à instalação mais densa de estabelecimentos fabris em outras regiões.

Acompanhando Sidney W. Mintz, que demonstrou o quanto a modernidade foi caribenha antes de ser europeia - “uma instância de modernidade precoce, uma modernidade não esperada (e de fato não percebida); não percebida, talvez, particularmente porque estava acontecendo nas colônias antes que acontecesse nas metrópoles”¹⁰⁷ - pode se defender que esta precocidade industrial é mais antiga ainda, suportada pela agroindústria açucareira desde o século XVI: o engenho é considerado como uma “fábrica no campo”.¹⁰⁸ Marx já enfatizou que a máquina não é o elemento distintivo do capitalismo, e sim a organização da produção e alienação dos trabalhadores da riqueza produzida. No caso, a modernização da agroindústria açucareira acompanhou, portanto, numa segunda fase, com a adoção do vapor e transporte ferroviários entre outros elementos técnicos, o que ocorria em vários ramos industriais sob outras latitudes.

Obviamente, para os autores supracitados, diferentemente de outros tão famosos quanto Peter Eisenberg,¹⁰⁹ especialista do período e do fenômeno da modernização, não se pode mais evocar a tese feudal que reflete uma visão etapista clássica afetando boa parte da historiografia. Não eurocentrado, Milet, pouco “criador, mas visionário”, “contestador da ortodoxia”,¹¹⁰ singularizava-se por sua “repulsa” ao “mimetismo dos

colonizados intelectualmente”.¹¹¹ Com ampla formação na teoria econômica “clássica, europeia”, ele

“procurava não fazer uma transposição dos princípios consagrados por ela, mas uma análise da realidade brasileira à luz dessas doutrinas (...) procurava utilizar o que a [realidade brasileira] se aplicava e afastar o que não poderia ser aplicado a uma economia colonial e tropical. Daí o valor e a atualidade de seu discurso”.¹¹²

Rechaçava explicitamente o costume eurocêntrico das autoridades brasileiras de se pautarem por modelos estranhos: “em qualquer daqueles países do Velho Mundo, cujas peculiares circunstâncias são diversas, e entretanto por nossa infelicidade, nem por isso têm deixado de servir de modelo aos nossos afamados financeiros e estadistas”¹¹³ No congresso do Havre, que abordou a crise econômica e social então instalada na Europa e nos EUA,¹¹⁴ Milet reiterou seu repúdio ao nefasto costume do mimetismo acrítico, tão frequente até hoje, e recomendava que “nossos financeiros, [abrissem] mão do cômodo porém abusivo costume de procurar nos livros dos mestres de além-mar a solução de todas as nossas questões econômicas”¹¹⁵

“as nossas peculiares circunstâncias são tão diferentes daquelas em que se acham as principais nações da Europa, a nossa constituição econômica tão diversa, que muitos aforismos empíricos, resultado da experiência naqueles países, e por falta do devido critério elevados à categoria de leis econômicas, não representam aqui a verdade e sim o erro.”¹¹⁶

Assim, partia em guerra contra os “velhos preconceitos” e se espantava que a realidade não tenha feito perder “a fé nos mestres do além-mar, e com especialidade nos economistas franceses (...) certo é que os preconceitos econômicos não são menos enraizados que os religiosos; e aplica-se perfeitamente aos economistas o que a Escritura Sagrada disse dos fariseus: *Oculos habent et non videbunt.*”¹¹⁷

Veza por outra, cedia, no entanto, ao mesmo viés, insistindo, por exemplo, enfaticamente na utilização da Caatinga - hoje conhecida como Agreste - para a produção de trigo e criação de gado. Propunha também que oliveiras e amendoeiras fossem associadas ao algodão e café “nas serras”,¹¹⁸ bem como uma diversificação das culturas na própria Zona da Mata, particularmente árvores frutíferas, aclimatando novas espécies, e promovendo indústrias oleiras, têxteis etc... numa região privilegiada, “essa terra abençoada por Deus e estragada pelos homens”.¹¹⁹

Evocando detalhadamente a contribuição de Milet ao debate nos círculos dirigentes do seu tempo, Izabel Marson comenta: “Partindo deste princípio, acentuou que o Brasil não poderia, tal como vinha fazendo ao longo da maior parte de sua história, imitar os atuais procedimentos econômicos ‘d’além mar”, das nações já ‘adiantadas’.”¹²⁰ De fato, Milet procedia a comparações com várias outras nações, além da França e outros países da Europa, evocando não apenas os Estados Unidos,¹²¹ mas grandes potências como a Rússia e a Turquia, realçando sempre a originalidade da América Latina.¹²²

“Se o gênero humano fosse uma só família, ou se pelo menos houvesse para as nações, como há para os indivíduos, um tribunal cujas decisões fossem por elas respeitadas e excluíssem a possibilidade da guerra, só precisaria consultar as circunstâncias especiais do seu solo e clima, as tendências naturais das populações; e como, sem dúvida, nossas terras são iguais, senão superiores, às de todos os mais países para a produção de açúcar e do algodão, a cura radical da crise atual nada mais exigiria, além de uma redução tal nos gastos da produção, transportes e comissões, que tornasse remuneradores os preços atuais.”¹²³

Em conclusão, pode-se ressaltar que Milet revela um caleidoscópio de atitudes e tomadas de posição que procuravam aliar a originalidade, oriunda de sua formação e curiosidade intelectual, ao pragmatismo que exigia sua inserção social na sacarocracia.

¹ Artigo cujo esboço inicial foi objeto de uma comunicação apresentada no evento: Colóquio Internacional Diálogos Culturais e Cooperação Científica França-Brasil. Mesa Redonda “Imagens recíprocas França-Brasil”. Recife, Fundaj, 07.08.2009. A autora é grata aos pareceristas pelas sugestões, e a Isabelle Velay Rufino pela correção do texto.

² Entre outras obras importantes: MINTZ, Sidney W. *Sweetness and Power*. New York: Viking Penguin, 1985; *O poder amargo do açúcar*. Produtores escravizados, consumidores proletarizados. 2ª edição revista e ampliada. Recife: Editora Universitária, 2010.

³ SOUTO MAIOR, Armando. *Quebra-quilos*. Lutas sociais no outono do império. São Paulo: Editora Nacional, 1978, p. 14.

⁴ Idem, p. 11.

⁵ É o caso, particularmente, do saudoso Manuel Correia de Andrade para duas obras de Milet, e de Gadiel Perruci para o Congresso Agrícola de 1878.

⁶ EISENBERG, Peter L. *Modernização sem mudança*. A indústria açucareira em Pernambuco 1840-1910. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

⁷ ANDRADE, Manuel Correia de. “Introdução”. MILET, Henrique Augusto. *Os quebra-quilos e a crise da lavoura*. [Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1876] São Paulo: Global, INL, 1987, p. 9.

⁸ Danillo Fragoso menciona o suposto despeito de Vauthier pela “ascendência natural de Boulitreau, encarregado de todo o plano urbanístico do Recife”: “Apesar de ser um homem de sensibilidade, de horror à ostentação, o engenheiro-urbanista Pierre Boulitreau soube repelir a prepotência e exagerada vaidade do engenheiro Vauthier”. Apud CHACON, Vamireh. “Henrique Milet, engenheiro e economista do Pernambuco do século XIX”. Economia e sociedade no Brasil. Recife: IAA, Museu do Açúcar, 1973, p. 89.

⁹ FREYRE, Gilberto. *Um engenheiro francês no Brasil*. 2a edição revista e aumentada. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960. Felizmente, a pesquisadora francesa Claudia Poncioni editou a versão completa da obra. PONCIONI, Claudia. *Ponts et idées*. Louis-Léger Vauthier un ingénieur fouriériste au Brésil. Paris: Houdiard, 2009

¹⁰ Claudia Poncioni lista as competências técnicas e seus âmbitos de aplicação: “urbanismo, estradas, pontes, barragens, abastecimento de água, drenagem de pântanos, máquinas para os engenhos de açúcar”. “Un ingénieur fouriériste au Brésil”. Idem, p. 11.

¹¹ “Henrique Milet, engenheiro e economista do Pernambuco do século XIX”. In: CHACON, Vamireh. *Economia e Sociedade no Brasil*. Op. cit., p. 85 et ss.

¹² Idem, p. 86.

¹³ Ingénieur des ponts et chaussées.

¹⁴ ARRAIS, Raimundo. *O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife no século XIX*. São Paulo: USP, 2004, p. 201.

¹⁵ Ibidem.

¹⁶ VAUTHIER. Louis Léger. In FREYRE, Gilberto. *Um engenheiro francês no Brasil*. Op. cit., p. 730. Com Pierre Boulitreau e Vauthier, projetou de abastecimento de água da cidade de Recife, submetido à apreciação do Barão da Boa Vista em 1842. FRAGOSO, Danillo. *Boulitreau, senhor de engenho francês em Pernambuco*. Recife: Museu do Açúcar, 1970, p. 53. Documento reproduzido em anexo. Ofício de 01.02.1842.

¹⁷ PONCIONI, Claudia. *Ponts et idées*. Op. cit., p. 56. Pela própria natureza do documento - um diário íntimo - Vauthier deixou sem censura (postura seguida, neste caso, por seu editor Gilberto Freyre, que em outros assuntos baixa um pudico véu sobre trechos do texto), seus sentimentos de irritação, revelando assim o quanto a personalidade do jovem Milet podia ser controversa, até para as pessoas mais próximas (culturalmente e pela idade). Vauthier tinha uma pena bastante acirrada para muitos dos e das que cruzava em Recife. Tomava certo prazer maldoso em descrever a vida dissoluta do conterrâneo (Idem, pp. 94, 115-116, 127 etc.). No entanto, quando outro colaborador francês, Boulitreau, foi injustiçado por Vauthier, Milet mostrou-se solidário para com o companheiro de trabalho, junto com Louis Ferriol Buessard, contra o chefe da missão. Este traço de personalidade, independente e corajosa, pode ser visto em toda a trajetória do personagem. Sempre atento à boa/má fama futura das pessoas evocadas no escrito que publicou, o próprio Gilberto Freyre comenta a respeito de Vauthier. “Com o seu auxiliar Millet – talvez leviano – chegou a ser cruel e a repreendê-lo, em ofício publicado no Diário de Pernambuco de 30.03.1843 por ter Millet entrado em discussões pela imprensa sem o consentimento dele, Vauthier, perturbando, ‘a ordem do serviço e a regularidade da hierarquia’.” VAUTHIER. Louis Léger. In: FREYRE, Gilberto. *Um engenheiro francês no Brasil*. Op. cit., p. 731 nota 101.

¹⁸ ZANCHETI, Sílvio Mendes. *O Estado e a Cidade do Recife (1836-1889)*. São Paulo: USP (tese de doutoramento. Mimeo), 1989, p. 192.

¹⁹ Idem, p. 654.

²⁰ Número 38, de 29.04.1843. Zancheti detalha o papel da imprensa nestes embates: o *Artilheiro* (publicação relativamente efêmera – dez. 1842 a set 1844 – na defesa do programa de obras públicas; o *Diário Novo* e o *Guarda Nacional* no ataque. Segundo este autor, a “figura de Vauthier foi utilizada amplamente pela oposição praieira para atacar Rego Barros. As obras do teatro Santa Isabel foram motivo de intensa polêmica na Imprensa local (...) Vauthier não fugiu ao debate.” ZANCHETI, Sílvio Mendes. *O Estado e a Cidade do Recife (1836-1889)*. Op. cit., p. 193.

²¹ CHACON, Vamireh. “Henrique Milet...”. Op. cit., p. 90.

²² VAUTHIER. Louis Léger. In FREYRE, Gilberto. *Um engenheiro francês no Brasil*. Op. cit., p. 668.

²³ Idem, pp. 694, 726, 731.

²⁴ ZANCHETI, Sílvio Mendes. *O Estado e a Cidade do Recife (1836-1889)*. Op. cit.

²⁵ SOUZA, Maria Angela de Almeida. *Posturas do Recife Imperial*. Recife: UFPE, 2002 (Tese de doutorado).

²⁶ “Semana do 4 ao 10 [julho de 1841] usada à revisão do plano de Santo Antônio de Milet. Numerosos erros. Correções e verificações com a bússola. Mostrei um pouco os dentes para esse ser incorrigível.” PONCIONI, Claudia. *Ponts et idées*. Op. cit., p. 155.

²⁷ VAUTHIER. Louis Léger. In FREYRE, Gilberto. *Um engenheiro francês no Brasil*. Op. cit., p. 719.

²⁸ Idem, p. 722.

²⁹ Vauthier evocou o projeto que Milet pode ter vislumbrado de “ir para Angola num dos navios negreiros de Ângelo Carneiro”. PONCIONI, Claudia. *Ponts et idées*. Op. cit., p. 96.

³⁰ Posteriormente, passa-o para Boulitreau. CHACON, Vamireh. “Henrique Milet...”. Op. cit., p. 91.

- ³¹ MARSON, Izabel. *O império da “conciliação”*: política e método em Joaquim Nabuco - a tessitura da revolução e da escravidão. Campinas: UNICAMP, 1999 (Tese de Livre Docência - História do Brasil II - Depart^o de História do IFCH-UNICAMP), p. 229.
- ³² ANDRADE, Manuel Correia de. “Introdução”. Op. cit., p. 9. Vasto necrológio no dia seguinte no *Diário de Pernambuco*.
- ³³ “Introdução” de Manuel Correia de Andrade. São Paulo: Global, INL, 1987, 136 p.
- ³⁴ Recife: Typ. do Jornal do Recife, 1881. Ed. *fac simile*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1989. Introdução de Manuel Correia de Andrade. Nesta publicação, retoma suas contribuições ao Congresso Agrícola.
- ³⁵ PERRUCCI, Gadiel. “Introdução”. In: *Congresso Agrícola do Recife, 1878. Trabalhos*. Ed. fac-similar. Recife: CEPA/PE, 1978, p. XXIX.
- ³⁶ Trabalhos/ do CONGRESSO AGRÍCOLA DO RECIFE/ em outubro de 1878/ Compreendendo os documentos relativos aos factos que o precederam/ collegidos e publicados integralmente por deliberação do mesmo congresso/ pela / Sociedade Auxiliadora/ da / Agricultura de Pernambuco. Recife: Typ. de Manoel Figueiroa de Faria & Filhos, 1879. Ed. fac-similar. Recife: CEPA/PE, 1978. Introdução de Gadiel Perruci.
- ³⁷ Idem.
- ³⁸ CHACON, Vamireh. “Henrique Milet...”. Op. cit., p. 95.
- ³⁹ *Miscelânea Econômica e Política Recife 1882*, p. 21. Apud CHACON, Vamireh. “Henrique Milet...”. Op. cit., p. 94.
- ⁴⁰ MILET, Henrique Augusto. *A lavoura da cana de assucar*. Op. cit., p. 110, por exemplo.
- ⁴¹ PERRUCCI, Gadiel. “Introdução”. Op. cit., p. XXIX.
- ⁴² CHACON, Vamireh. “Os primeiros congressos açucareiros no Nordeste”. *Economia e sociedade no Brasil. Ensaios de História Econômica e Social compreensiva*. Recife: Museu do Açúcar, 1973, p. 70.
- ⁴³ *Congresso Agrícola do Recife, 1878. Trabalhos*. Op. cit., pp. 425 et ss.
- ⁴⁴ Idem, pp. 133, 157, etc.
- ⁴⁵ Ele forneceu testemunho pessoal. In MILET, Henrique Augusto. *Os quebra-quilos e a crise da lavoura*. Op. cit., pp. 52 e 56.
- ⁴⁶ Idem, p. 56.
- ⁴⁷ Ver por exemplo a longa arguição contra os “Cálculos do Agricultor Obscuro”. *A lavoura da cana de assucar*. Op. cit., p. 40 et ss.
- ⁴⁸ MILET, Henrique Augusto, *Os quebra-quilos e a crise da lavoura*, p. 61.
- ⁴⁹ Idem, p. 36.
- ⁵⁰ Nota 2, ibidem.
- ⁵¹ Idem, p. 39.
- ⁵² MARSON, Izabel Andrade. *O Império da “conciliação”... Op. cit.*, p. 244.
- ⁵³ VAUTHIER, Louis Léger. In FREYRE, Gilberto. *Um engenheiro francês no Brasil*. Op. cit., p. 718.
- ⁵⁴ Segundo a lista mantida por Vauthier em 1845. Idem, p. 748.
- ⁵⁵ CHACON, Vamireh. “Os primeiros congressos açucareiros no Nordeste”. Op. cit., p. 70.
- ⁵⁶ “Observações do Sr. H. A. Milet”. *Congresso Agrícola do Recife, 1878. Trabalhos.. Op. cit.*, 129.
- ⁵⁷ SILVA, Lígia Osorio. *Terras devolutas e latifúndio*. Efeitos da Lei de 1850. São Paulo: Editora da Unicamp, 1996, p. 214.
- ⁵⁸ Idem, p. 205.
- ⁵⁹ Idem, p. 213.
- ⁶⁰ MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte Agrário e o Império. 1871-1889*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2a ed. revisada, 1999, p. 31.
- ⁶¹ VILLA, Marco Antônio. *Vida e morte no Sertão*. História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Ática, 2001, p. 57.
- ⁶² JUCÁ, Joselice. *REBOUÇAS, André*. Reforma & Utopia no Contexto do Segundo Império. Rio de Janeiro: Construtora Norberto Odebrecht, 2001, p. 176.
- ⁶³ Memorial apresentado na terceira sessão pelo Comendador Antônio Valentim da Silva Barroca. *Congresso Agrícola do Recife, 1878. Trabalhos*. Op. cit., p. 174.
- ⁶⁴ Idem, p. 431.
- ⁶⁵ No entanto, Eisenberg avalia que mesmo nos anos 1890’s, durante a safra, “os engenhos registraram que 45% de sua força de trabalho compunham-se de migrantes sazonais vindos do sertão”. EISENBERG, Peter L. *Modernização sem mudança*. Op. cit., p. 202.

- ⁶⁶ HOUNIE, Emília Verônica Rosa Gantzer de. *De retirante a trabalhador: a Grande Seca de 1877-1879 e a organização do mercado de trabalho livre em Pernambuco*. Recife: UFPE Mestrado em História, 1992. CD 4 Colonia Socorro 1878-1880, fl 4, apud idem, p. 94.
- ⁶⁷ Correspondência de Promotores Públicos. Ofício do promotor José Maurício de Torres Temporal ao presidente da Província. PJ 11, Fl. 439, de 20.05.1878. Em ofício de 07.06 do mesmo ano, Juvenino Luís Temudo, Promotor em Palmares se queixava da condução dos socorros. PJ 11, 455, 455 v.
- ⁶⁸ Ver os trabalhos de Sidney W. Mintz, particularmente “Escravidão e a ascensão dos camponeses”. *Clio*, N° 30.1, 2012. E também: MINTZ, Sidney W. *Three Ancient Colonies*. Caribbean Themes and Variations. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2010.
- ⁶⁹ Idem, p. 213. Defendido com entusiasmo, entre outros, pelo Revm. Cônego Augusto Adolpho Soares Kuswetter. Idem, p. 255 e 256.
- ⁷⁰ MAIA, Nayala de Souza Ferreira. *Açúcar e transição para o trabalho livre em Pernambuco, 1874-1904*, Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches, FASA 1985.
- ⁷¹ *Congresso Agrícola do Recife, 1878. Trabalhos*. Op. cit., p. 150.
- ⁷² MAIA, Nayala de Souza Ferreira. *Açúcar e transição para o trabalho livre em Pernambuco, 1874-1904*. Op. cit., p. 37.
- ⁷³ Correspondência do promotor Manoel de Alencar Guimarães, de Palmares. Ministério Público de Pernambuco. Promotores Públicos. O cotidiano em Defesa da Legalidade. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. Recife: 2002 (DVD).
- ⁷⁴ Idem, PJ 22, Fl. 84 v-85.
- ⁷⁵ Euclides Almeida do Nascimento conta que um mestre de açúcar se vingava dos maus tratos sofridos por parte do proprietário ao instalar um dispositivo para que o engenho nunca mais manufaturasse açúcar. In DABAT, Christine Rufino. *Moradores de Engenho*. Estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife: EDUFPE, 2007, p. 695-696.
- ⁷⁶ ANDRADE, Manuel Correia de. “Introdução”. In: MILET, Henrique Augusto. *Os quebra-quilos e a crise da lavoura*. Op. cit., p. 20.
- ⁷⁷ *Congresso Agrícola do Recife, 1878. Trabalhos*. Op. cit., p. 311. Esta temática volta em vários escritos.
- ⁷⁸ PERES, Victor Hugo Luna. “Paisagem e trabalho. A visão de plantadores americanos sobre os trabalhadores chineses sob contrato na ‘monotonia verde’ das plantações do novo mundo em meados do século XIX”. In *Cadernos de História*. História Ambiental em suas Múltiplas Abordagens. N, 8, Recife: EDUFPE, 2012, p. 109 et ss.
- ⁷⁹ Milet os menciona sob o nome de “chins ou coolees”. MILET, Henrique Augusto. *A lavoura da cana de assucar*. Op. cit., p. 99, por exemplo.
- ⁸⁰ Idem, p. 101.
- ⁸¹ PORTELLA, Manoel do Nascimento Machado. “Discurso inaugural do Congresso Agrícola”. Apud: “O congresso Agrícola do norte”. In: *Diário de Pernambuco*. 07.10.1878.
- ⁸² MILET, Henrique Augusto. *A lavoura da cana de assucar*. Op. cit., p. 89.
- ⁸³ SMITH Roberto. *Propriedade da Terra e Transição*. Estudo da Formação da Propriedade Privada da Terra e Transição para o Capitalismo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- ⁸⁴ “Observações do Sr. H. A. Milet. *Congresso Agrícola do Recife, 1878. Trabalhos*. Op. cit., pp.129-130.
- ⁸⁵ Idem, p. 129.
- ⁸⁶ Ibidem.
- ⁸⁷ MILET, Henrique Augusto. *Os quebra-quilos e a crise da lavoura*. Op. cit., p. 39.
- ⁸⁸ Ibidem.
- ⁸⁹ CHACON, Vamireh. “Os primeiros congressos açucareiros no Nordeste”. Op. cit., p. 72.
- ⁹⁰ MILET, Henrique Augusto, *Os quebra-quilos e a crise da lavoura*. Op. cit., p. 41.
- ⁹¹ SOUTO MAIOR, Armando. *Quebra-quilos*. Op. cit., pp. 9-10.
- ⁹² In CHACON, Vamireh. “Os primeiros congressos açucareiros no Nordeste”. Op. cit., p. 72.
- ⁹³ Idem, p. 101.
- ⁹⁴ Idem, p. 79.
- ⁹⁵ ANDRADE, Manuel Correia de. “Introdução”. In: MILET, Henrique Augusto. *Os quebra-quilos e a crise da lavoura*. Op. cit., p. 19
- ⁹⁶ MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte Agrário e o Império. 1871-1889*. Op. cit., p. 208.
- ⁹⁷ VAUTHIER. Louis Léger. In FREYRE, Gilberto. *Um engenheiro francês no Brasil*. Op. cit., p. 730.
- ⁹⁸ O *Diário de Pernambuco* publicou um anúncio proclamando que “Mr Riguairé, agricultor Francez” convidava os agricultores da Província para examinarem “as amostras de diferentes especies de assucar

por elle ultimamente feitas no Engenho Guararapes” DP 02.12.1841. VAUTHIER. Louis Léger. In FREYRE, Gilberto. Um engenheiro francês no Brasil. Op. cit., nota 123, p. 377. Em 21.07.1842, na parte oficial do mesmo jornal, “Governo da Província”, mencionava um contrato celebrado entre “o Presidente da Província e o cidadão Francez Rigaire em conformidade la Lei Provincial n. 101 de 9 de Maio de 1842”. Pierre André Marie Rigaire “espaço de um anno da data deste a praticar nos engenhos que designados lhe fossem o methodo que mais conveniente e mais economico lhe parecer para melhorar o fabrico da canna de assucar de modos que não somente este obtenha a perfeição de que he susceptivel e que lhe dê mais vantajosa acceitação no mercado europeu, mas tambem seja produzido com menor custo que o de hoje”. Alguns anos antes, outro francês havia causado prejuizo para um senhor de engenho. Em seguida, a produção de açúcar aumentara a cada ano graças às máquinas aperfeiçoadas introduzidas pelos irmãos de Mornay. Idem, p. 454 citant livro de Kidder e Fletcher *Braziland Brazilians*.

⁹⁹ MARTINS, Paulo Henrique N. “O Despontar da usina em Pernambuco: acumulação na adversidade”. In *Clio*, Revista de Pesquisa Histórica. Nº 10, Recife: UFPE, 1988, p. 161.

¹⁰⁰ MELO, Josemir Camilo de. *Modernização e mudanças*. O trem inglês nos canaviais do Nordeste (1852-1902). Recife : UFPE, (Tese de doutorado em História) 2000, p. 234.

¹⁰¹ MILET, Henrique Augusto. *Os quebra-quilos e a crise da lavoura*. Op. cit., pp. 73-76.

¹⁰² Idem, p. 51.

¹⁰³ SOUTO MAIOR, Armando. *Quebra-quilos*. Op.cit., p. 14.

¹⁰⁴ Idem, p. 15.

¹⁰⁵ MILET, Henrique Augusto, *Os quebra-quilos e a crise da lavoura*. Op. cit., pp. 79 et ss.

¹⁰⁶ MARTINS, Paulo Henrique N. “O Despontar da usina em Pernambuco: acumulação na adversidade”. Op. cit., p. 157.

¹⁰⁷ MINTZ, Sidney W. “Aturando substâncias duradouras, testando teorias desafiadoras: a região do Caribe como *oikoumenê*”. In MINTZ, Sidney W. *O poder amargo do açúcar*. Op. cit., p. 87.

¹⁰⁸ MINTZ Sidney W. e WOLF Eric. “Fazendas e Plantações na Meso-América e nas Antilhas”. In MINTZ, Sidney *O Poder Amargo do Açúcar*. Op. cit., p. 148.

¹⁰⁹ Apud MARTINS, Paulo Henrique N. “O Despontar da usina em Pernambuco,,,”. Op. cit., p. 158.

¹¹⁰ PERRUCCI, Gadiel. “Introdução”. In: *Congresso Agrícola do Recife, 1878. Trabalhos*. Op. cit., p. XXIX.

¹¹¹ CHACON, Vamireh. “Os primeiros congressos açucareiros no Nordeste”. Op. cit., p. 93.

¹¹² ANDRADE, Manuel Correia de. “Introdução”. In: MILET, Henrique Augusto, *Os quebra-quilos e a crise da lavoura*. Op. cit., pp. 14-15.

¹¹³ MILET, Henrique Augusto, *Os quebra-quilos e a crise da lavoura*. Op. cit., p. 38.

¹¹⁴ Memória “O Brasil durante a Guerra do Paraguai”. Memória lida no Congresso do Havre, em 24.8.1877 e publicada em 1878. In: MILET, H. A. *Miscelânea*. Op. cit., p. 29-44.

¹¹⁵ MILET, Henrique Augusto, *Os quebra-quilos e a crise da lavoura*. Op. cit., p. 45.

¹¹⁶ Ibidem.

¹¹⁷ Idem, p. 46.

¹¹⁸ Idem, p. 72.

¹¹⁹ Idem, p. 47.

¹²⁰ MARSON, Izabel. *O império da “conciliação*. Op. cit., p. 305.

¹²¹ A respeito desta nação americana contemporânea, Milet comenta: “É verdade que os Estados Unidos, não os de hoje, que assemelham-se à Europa, mas os Estados Unidos de há cincoenta ou sessenta anos atrás, poderiam fornecer-lhe a solução de alguns problemas que se lhe apresentam: mas, na qualidade de nação latina, o Brasil tem os olhos fixos sobre a Europa Ocidental e, principalmente sobre a França, cuja língua serve de base à educação literária e científica em toda a extensão do país.” p. 30 (Apud MARSON, Izabel. *O império da “conciliação*”. Op. cit., p. 305).

¹²² MILET, Henrique Augusto. *Os quebra-quilos e a crise da lavoura*. Op. cit., p. 50.

¹²³ Idem, p. 69.